

# A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NO RIO GRANDE DO SUL: ENTRE AS DEMANDAS DA SOBREVIVÊNCIA E AS NECESSIDADES DO CUIDADO

Roberta Teresa Manica<sup>1</sup>  
Sandra Simone Höpner Pierozan<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo investiga os desafios estruturais relacionados à saúde mental dos professores no Rio Grande do Sul (RS), destacando a complexidade do adoecimento docente como fenômeno cotidiano e multidimensional. A análise evidencia que transtornos como ansiedade, depressão, estresse crônico e síndrome de burnout estão diretamente associados à sobrecarga de trabalho, instabilidade econômica, violência escolar e desvalorização institucional. Dados recentes indicam elevado número de afastamentos por motivo de doença que estão vinculados a questões mentais, com o crescente uso de psicotrópicos como estratégia de enfrentamento individual. O estudo destaca fatores estruturais, como superlotação de turmas, falta de docentes, condições precárias de infraestrutura e ausência de apoio da gestão, ressaltando a interseccionalidade de gênero, evidenciando maior vulnerabilidade das mulheres docentes. Além disso, argumenta-se que o adoecimento docente no estado do RS é expressão direta da precarização histórica da carreira, marcada por reformas salariais regressivas, intensificação das demandas burocráticas e ausência de políticas públicas de cuidado. Conclui-se que políticas de saúde mental centradas exclusivamente no indivíduo são insuficientes; torna-se imprescindível a implementação de ações coletivas e institucionais, incluindo recomposição salarial, redução da carga de trabalho, promoção de ambientes escolares seguros e valorização do trabalho docente. O enfrentamento efetivo do sofrimento psíquico docente requer o reconhecimento da responsabilidade social e estrutural sobre a saúde mental, reafirmando a urgência de políticas públicas integradas e da construção de uma escola humanizada e justa.

**Palavras-chave:** saúde mental docente; adoecimento profissional; políticas públicas educacionais; condições de trabalho docente; Rio Grande do Sul.

---

<sup>1\*</sup> Graduada em Letras Português, Espanhol e respectivas literaturas - URI, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Especialista em Gestão Escolar, Coordenação, Direção e Supervisão Escolar - UFFS, Mestranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Atualmente, exercendo a função de professora Pública Estadual, na Escola Estadual de Ensino Médio Drº João Caruso - Erechim - RS, localizado na Rua: Maria Thereza Fávero, Três Vendas, Erechim/RS, CEP: 99700-000. Telefone para contato: (54) 99678-2900 e e-mail: [proferobertacaruso@gmail.com](mailto:proferobertacaruso@gmail.com) . Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1272532724804753>

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim (RS). Atua no Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação (PPGPE) e no curso de Especialização em Gestão Escolar: Direção, Coordenação e Supervisão Escolar, ambos no campus Erechim, além de integrar o Programa de Pós-Graduação em Educação, *campus* Chapecó(SC). E-mail: [sandra.pierozan@uffs.edu.br](mailto:sandra.pierozan@uffs.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5127898896533594> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0720-8325>.

## ABSTRACT

The present study investigates the structural challenges related to teachers' mental health in Rio Grande do Sul, emphasising the complexity of teacher illness as a daily and multidimensional phenomenon. The analysis shows that disorders such as anxiety, depression, chronic stress, and burnout syndrome are directly associated with excessive workload, economic instability, school violence, and institutional undervaluation. Recent data indicate a high number of absences due to illness linked to mental health issues, along with an increasing use of psychotropic drugs as an individual coping strategy. The study highlights structural factors such as overcrowded classrooms, teacher shortages, precarious infrastructure, and the lack of management support, while also underscoring gender interdependence, revealing greater vulnerability among women teachers. Furthermore, it argues that teacher illness in the state is a direct expression of the historical precarisation of the teaching profession, marked by regressive wage reforms, the intensification of bureaucratic demands, and the absence of public care policies. It is concluded that mental health policies focused exclusively on the individual are insufficient; collective and institutional measures are essential, including salary recovery, reduced workload, the promotion of safe school environments, and the valorisation of the teaching profession. Effectively addressing teachers' psychological suffering requires the recognition of social and structural responsibility for mental health, reaffirming the urgency of integrated public policies and the construction of a humanised and fair school.

**Keywords:** teachers' mental health; professional illness; educational public policies; teachers' working conditions; Rio Grande do Sul.

## 1 INTRODUÇÃO

A realidade do docente vai muito além do que se imagina quando o sinal final soa: há diversos relatos de profissionais que recorrem a medicamentos controlados, submetem-se a terapias contínuas e enfrentam colapsos psicológicos recorrentes. Este artigo propõe-se a examinar o abismo contínuo pelo qual passam os professores gaúchos nos últimos anos, um cenário que demanda, cada vez mais, uma análise de sobrevivência. Mais do que um conjunto de experiências individuais, o adoecimento docente no Rio Grande do Sul configura-se como um fenômeno estrutural, diretamente relacionado à precarização das condições de trabalho, à desvalorização salarial e à intensificação das demandas escolares. Como afirmam Moura e Almeida (2025), “o sistema educacional exige muito e oferece pouco, com salários defasados, carga horária excessiva e professores esgotados”.

O objetivo deste artigo é analisar os fatores estruturais que contribuem para o adoecimento mental dos professores no Rio Grande do Sul, considerando dimensões como precarização salarial, intensificação do trabalho, gestão escolar e vulnerabilidades de gênero.

A relevância deste estudo decorre do crescimento expressivo dos afastamentos por transtornos mentais entre docentes, da ausência de dados sistematizados e atualizados sobre a

saúde mental da categoria no estado e da necessidade de compreender o adoecimento docente como fenômeno estrutural, não o sendo, portanto, individual. Diante do agravamento das condições de trabalho e da desvalorização histórica do magistério gaúcho, torna-se urgente produzir análises que subsidiem políticas públicas de cuidado e valorização profissional.

Diante desse cenário, pergunta-se: quais fatores estruturais explicam o adoecimento mental dos professores no Rio Grande do Sul, e de que maneira eles articulam-se para produzir um ciclo contínuo de sofrimento, afastamentos e desvalorização profissional?

Além de colapsos individuais, a saúde mental dos professores surge como uma questão estrutural, enraizada nas contradições do sistema educacional capitalista. A história a tempos romantiza a profissão de professor como uma vocação carinhosa que opera numa perspectiva que prioriza a quantidade sobre a qualidade, transformando a profissão docente em uma engrenagem exaustiva de metas a serem cumpridas. Essa dimensão estrutural revela-se na precarização profissional, com superlotação de salas de aula, na grande rotatividade de professores como estratégia única de controle de gastos, mas principalmente com a falta de formação continuada que permita refletir sobre as demandas e o próprio trabalho. O adoecimento é um sintoma dessa profissão que já é desenhada para o esgotamento mental e físico. Nesse contexto, este estudo parte do entendimento de que a precarização material e simbólica do trabalho docente da rede estadual no Rio Grande do Sul constitui o principal vetor do adoecimento mental da categoria, produzindo um ciclo contínuo de sofrimento, afastamentos e perda de qualidade educacional.

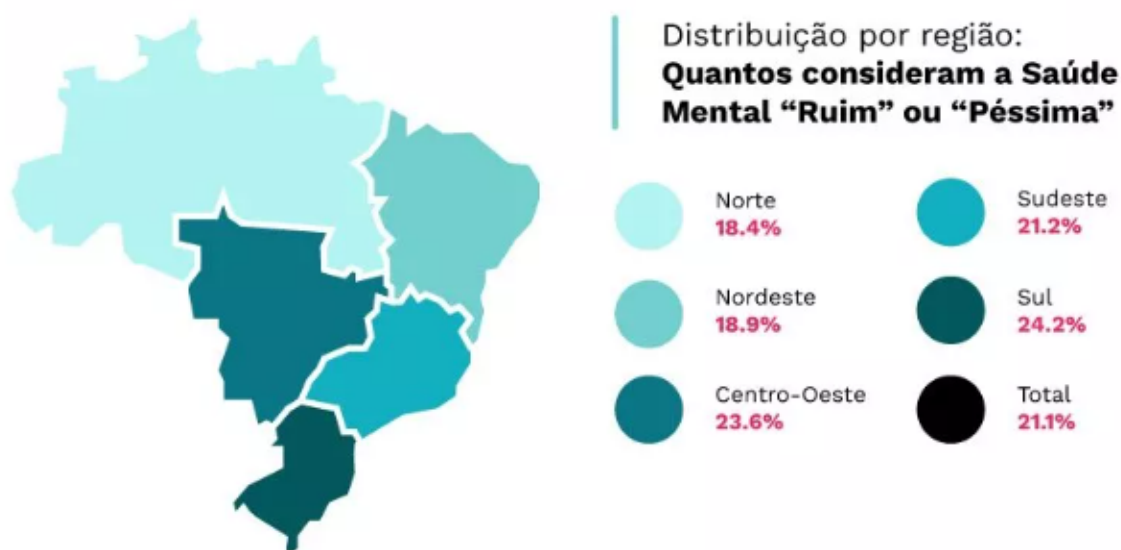
A deterioração ocorre em múltiplos níveis: seja pela desvalorização profissional advinda de salários insuficientes e de condições precárias de trabalho em escolas praticamente olvidadas; seja diante de turmas cada vez mais desinteressadas; ou ainda frente à constante disputa com famílias que, equivocadamente, associam ao professor a culpa pelo caos da educação, ignorando o ser humano que reside por trás do profissional. Nesse contexto, o docente adoece por “assujeitamento”, conceito desenvolvido por Renata Paparelli, como “a condição em que o sujeito deixa de ser agente de sua própria história, submetendo-se a processos laborais penosos”, Paparelli, 2007, p. 13. O professor assume a posição de peça num enorme quebra-cabeça que se articula no interior da estrutura social e que, por vezes, o consome, impedindo-o de se reconhecer enquanto cidadão para além dos muros da escola. Assim, o adoecimento docente não é um desvio, mas uma consequência previsível de um sistema que opera pela lógica da intensificação, da responsabilização individual e da negligência institucional.

Diversos estudos reforçam que o adoecimento docente possui vínculos diretos com essas condições de trabalho. A pesquisa Radar, entregue para a Assembleia Legislativa do RS, em abril de 2025, pelo Centro dos Profissionais da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), foi realizada entre 27 de fevereiro e 20 de março de 2025, paralelamente à Caravana do CPERS, que visitou 429 escolas em 153 municípios, aponta que fatores como sobrecarga de trabalho, falta de profissionais nas escolas e péssimas condições estruturais levam os professores a acumularem carga horária, extrapolando as suas condições físicas. Segundo Tostes et al. (2018), docentes, frequentemente, apresentam dificuldade para relaxar, falta de ar, tensão muscular, ritmo cardíaco acelerado, insônia e falta de apetite. A ausência de dados oficiais sistematizados e atualizados sobre a saúde mental docente no estado reforça a invisibilização institucional do problema, ao mesmo tempo em que ressalta a urgência de pesquisas que deem conta da complexidade do fenômeno.

Essa realidade, que tem diferentes matizes nos estados e municípios, exige uma medida que vá além da esfera individual: trata-se de um fenômeno coletivo que reflete a estrutura educacional, as políticas de trabalho e a valorização (ou a falta dela) do magistério. Em outras palavras, a saúde docente é sinal da saúde do sistema educacional como um todo. No caso do Rio Grande do Sul, marcado por sucessivas reformas salariais, congelamento de carreiras, sobrecarga burocrática e instabilidade institucional, o adoecimento mental emerge como expressão direta da precarização histórica do magistério. Canguilhem (2005; 2009), citado por Santos (2023, p. 136), afirma que “saúde e doença não são antagônicas, mas fenômenos biopsicossociais que se integram no movimento da vida”.

No ano de 2022, a Revista Nova Escola, em parceria com o Instituto Ame sua Mente, promoveu uma pesquisa em nível nacional sobre saúde mental dos professores, sendo que a região Sul do país aparece em 2º lugar no ranking que avalia como péssimo ou ruim o equilíbrio emocional dos docentes, conforme pode-se constatar na figura.

Figura 1 - Avaliação regional da saúde mental dos professores



Fonte: Revista Nova Escola (2022).

Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022>

A pesquisa evidencia que a problemática da saúde mental docente não se restringe ao estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma realidade que se estende a todo o território nacional, revelando um quadro cada vez mais preocupante. A figura ilustra, de forma clara, o agravamento dessa situação, que se configura como um fenômeno de amplitude coletiva. Ainda assim, o caso gaúcho apresenta especificidades que agravam o quadro nacional, especialmente no que diz respeito à precarização salarial e às condições de trabalho, que serão analisadas nas seções seguintes.

O cenário é alarmante, pois indica o risco de um possível “apagão de professores”, o que apontou a pesquisa do Instituto Semesp para 2024, prevendo um déficit de 235 mil professores da educação básica, conforme informações publicadas no site da Fundação Carlos Chagas.

O principal fator que contribui para o adoecimento, segundo a reportagem, está associado ao intenso esgotamento físico e emocional decorrente das condições de trabalho. A redução da qualidade de vida, especialmente no âmbito psicológico, constitui reflexo direto da desvalorização profissional, bem como do abandono institucional a que os educadores vêm sendo submetidos ao longo dos anos. Esses profissionais, cuja função social é essencial para o desenvolvimento humano e social, frequentemente, veem-se responsáveis por cuidar dos outros sem receber o mesmo cuidado. No Rio Grande do Sul, esse processo intensifica-se

diante de políticas de austeridade, reformas que comprimem carreiras e sucessivas crises econômicas e ambientais que impactam diretamente o cotidiano escolar.

Essa desproporção entre as exigências da profissão e o reconhecimento recebido refletem-se no adoecimento emocional e na desmotivação crescente, fatores que comprometem não apenas a saúde dos docentes, mas também a qualidade do ensino público e a sustentabilidade do sistema educacional como um todo. Dessa forma, este artigo defende que compreender a saúde mental docente no Rio Grande do Sul implica analisar a precarização estrutural que atravessa a profissão, reconhecendo que o sofrimento psíquico não é um problema individual, mas um produto social e político.

O presente estudo, de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico e documental, analisou publicações jornalísticas dos últimos cinco anos que divulgaram resultados sobre pesquisas realizadas com docentes no período de 2021 a 2025. A análise teórica baseou-se em autores que discutem saúde mental e precarização do trabalho, como Canguilhem, Dejours, Paparelli, Benevides-Pereira, Carlotto, Santos, Aguiar et al., Moura e Almeida, entre outros. O texto estrutura-se em quatro seções: a primeira discute a precarização salarial como fator de risco à saúde dos professores; a segunda aborda a passagem da sobrecarga ao colapso, destacando o predomínio dos transtornos mentais entre educadores; a terceira examina a relação entre gestão escolar e saúde mental docente; e, por fim, apresentam-se as considerações finais, que sintetizam os achados e apontam caminhos para políticas públicas voltadas à valorização e ao cuidado coletivo da categoria.

## **2. A PRECARIZAÇÃO SALARIAL COMO FATOR DE RISCO À SAÚDE DOS PROFESSORES.**

Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o Plano Nacional de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Educação Básica. A referida legislação estabelece uma jornada de trabalho mínima de 20 horas semanais e máxima de 40 horas semanais, sendo dois terços destinados às atividades em sala de aula e, no mínimo, um terço reservado para atividades extraclasse.

Contudo, a implementação da Lei nº 11.738/2008, no Rio Grande do Sul, em especial, não ocorreu imediatamente. Em publicações jornalísticas é possível acompanhar muito dessa problemática. Reportagens de *Zero Hora*, *GI RS* e *Correio do Povo*<sup>2</sup> registram episódios de

---

<sup>2</sup> Veículos de comunicação do RS, conteúdo mencionado disponível em seus acervos digitais, especialmente nas seções de Educação e Política, que pode ser consultado por tema, data e palavras-chave. Embora essas matérias

descumprimento do piso, impasses sobre a jornada e alegações de incapacidade financeira do estado.

A persistência desses impasses revela que a precarização salarial não é um fenômeno pontual, mas um processo histórico que compromete a estrutura da carreira docente no estado. A dificuldade recorrente do governo em cumprir o piso nacional, somada à resistência em reorganizar a jornada conforme determina a lei, destaca uma política de contenção de gastos que recai diretamente sobre os professores, fragilizando a sua estabilidade financeira e emocional. Como assinalam Aguiar et al. 2024 p.8, “as condições precárias de trabalho comprometem tanto a saúde mental dos professores quanto a qualidade do ensino”, Assim, a precarização salarial deve ser compreendida como um dos pilares centrais do adoecimento docente no Rio Grande do Sul.

Considerando esse histórico de dificuldades e controvérsias, é pertinente apresentar os dados mais recentes relativos à remuneração do magistério gaúcho, com o intuito de situar o leitor quanto às condições atuais da carreira docente no estado. Assim, apresenta-se a tabela de reajuste do subsídio dos professores do magistério gaúcho, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 12 de março de 2024, quando o novo valor entrou em vigor.

Figura 2- Subsídios mensais do magistério gaúcho

---

não sejam objeto de análise detalhada neste texto, a sua menção é necessária para contextualizar o cenário em que se insere a discussão. Esses registros dialogam com pareceres do TCE-RS, manifestações do Ministério Público de Contas, relatórios da CNTE e estudos acadêmicos que evidenciam entraves administrativos e políticos na efetivação da legislação.

**2.2.1 - Tabela de Subsídios do magistério válida a partir de 1º de janeiro de 2024 (20h) - em R\$**

Nível/Classe	A	B	C	D	E	F
I(Formação de nível médio)	2.290,30	2.313,13	2.336,27	2.359,63	2.383,22	2.407,06
II(Licenciatura curta)	2.336,04	2.359,40	2.382,99	2.406,82	2.430,89	2.540,28
III(Licenciatura plena)	2.404,75	2.524,98	2.651,23	2.783,79	2.950,82	3.157,38
IV(Pós-graduação lato sensu)	2.519,26	2.645,22	2.777,49	2.971,90	3.179,94	3.402,54
V(Mestrado)	2.748,29	2.913,18	3.087,97	3.273,24	3.469,65	3.677,82
VI(Doutorado)	2.977,31	3.155,94	3.345,30	3.546,02	3.758,78	4.006,86

Fonte: Dieese

**2.2.2 - Tabela de Subsídios do magistério válida a partir de 1º de Janeiro de 2024 (40h) - em R\$**

Nível/Classe	A	B	C	D	E	F
I(Formação de nível médio)	4.580,59	4.626,26	4.672,53	4.719,26	4.766,44	4.814,12
II(Licenciatura curta)	4.672,08	4.718,80	4.765,98	4.813,64	4.861,78	5.080,56
III(Licenciatura plena)	4.809,49	5.049,96	5.302,46	5.567,58	5.901,63	6.314,75
IV(Pós-graduação lato sensu)	5.039,51	5.290,44	5.554,97	5.943,80	6.359,87	6.805,07
V(Mestrado)	5.496,57	5.826,35	6.175,93	6.546,48	6.939,29	7.355,64
VI(Doutorado)	5.954,61	6.311,87	6.690,60	7.092,04	7.517,55	8.013,71

Fonte: Dieese

- Tabela atualizada conforme aprovado no PL 23/2024 em 12/03/2024
- Nota: O reajuste de 3,62% aplicado sobre a Tabela salarial não garantiu tal reajuste a todos, em função da previsão da absorção da parcela de irredutibilidade.

Fonte: DIEESE

Disponível em:

<https://ww3.al.rs.gov.br/download/CECDCT/2024/2024%20-%20Observat%C3%B3rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20no%20RS%202024.pdf>

Em 2024, o reajuste salarial previsto para a categoria foi de 3,62%, como anunciado no site oficial do estado do Rio Grande do Sul. Contudo, aproximadamente 70% dos professores inativos, correspondentes a 24.186 profissionais, não receberam o reajuste, e cerca de 3,4% tiveram reajuste inferior ao índice estabelecido, de acordo com dados apresentados pelo Observatório da Educação Pública no Rio Grande do Sul - 2024, produzido pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AL/RS).

Essa situação decorre da Lei nº 15.451/2020, que promoveu alterações no Plano de Carreira do Magistério Estadual do Rio Grande do Sul. A norma reestruturou principalmente a forma de pagamento desses profissionais, que passou de remuneração mensal forma habitual utilizada para discriminar na folha de pagamentos os valores mensais de provento por horas trabalhadas, acrescido de todas as vantagens adquiridas pelo professor na carreira. Já o subsídio, ao contrário, é uma forma de pagamento fixa e sem o acréscimo de adicionais. Com essa mudança, a carreira docente foi impactada de forma direta, a parcela de irredutibilidade, composta por vantagens como os triênios, passou a ser absorvida pelos reajustes salariais, o

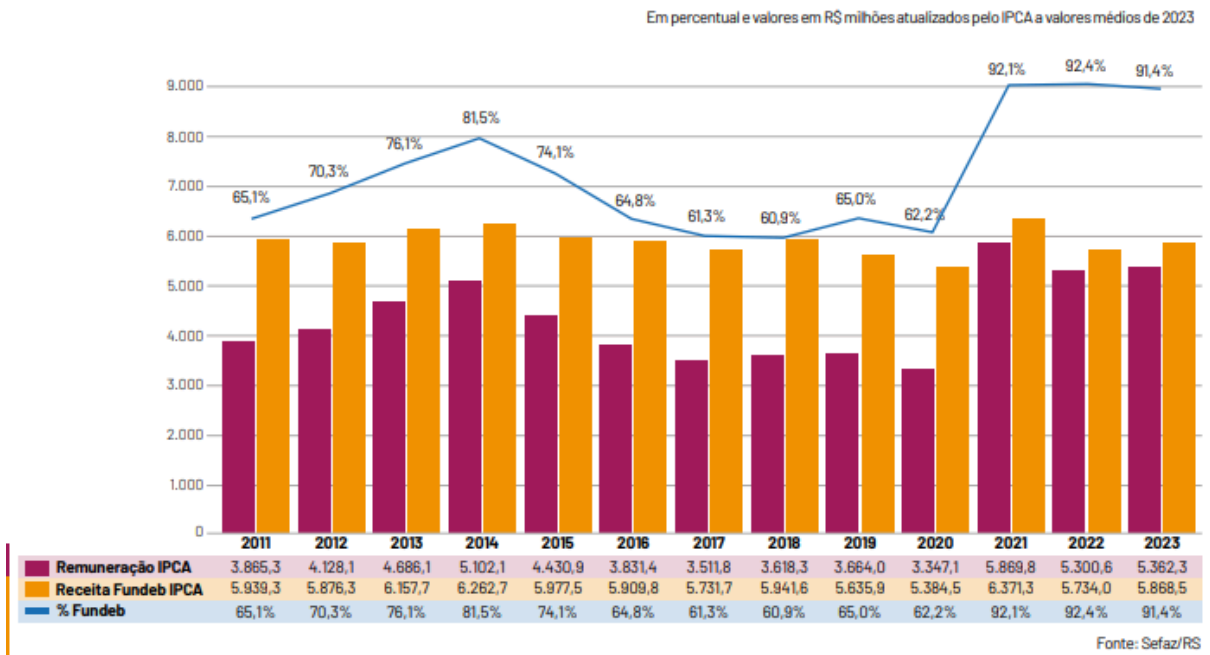
que resultou em significativa redução das diferenças entre os níveis da carreira, além de consequências diretas nas progressões, adicionais e direitos históricos dos professores.

Antes da reformulação, a diferença salarial entre o Nível I e o Nível VI era de aproximadamente 100%; após as alterações, essa diferença foi reduzida para cerca de 30%, e a diferença entre as classes passou a girar em torno de 1%. O cálculo passou a incorporar essas vantagens nos níveis de carreira, pagos em valores unificados. Além disso, todas as gratificações foram convertidas em parcelas fixas, que foram, posteriormente, congeladas em uma "parcela de irredutibilidade", impactando, principalmente, os professores aposentados. Expresso em outras palavras, todas as vantagens foram reconduzidas a essa parcela e todo aumento do piso é captado por ela. Em resumo, enquanto o professor tiver, em sua folha de pagamento, a parcela de irredutibilidade, ele não recebe aumento real de salário, pois os seus provimentos são descontados dessa parcela e incorporados como salário, não gerando ganho salarial efetivo.

Diante das alterações promovidas pela vigente Lei, evidencia-se uma reestruturação salarial que comprometeu a progressão funcional do magistério gaúcho, reduzindo drasticamente as diferenças remuneratórias entre níveis e classes, além de congelar gratificações históricas. Essa matriz nominal, ao absorver vantagens como triênios nos reajustes, não apenas desmotiva a permanência na carreira ativa, mas também penaliza aposentados que arcam com perdas reais de poder aquisitivo. Oliveira e Pereira Junior (2021), citados por Aguiar et al. (2024, p. 3), observam que “a precarização se manifesta por jornadas excessivas, pressões por resultados e desvalorização profissional”.

Figura 3- Subsídio salarial do Magistério Gaúcho

#### 1.4 – FUNDEB: Receita e aplicação na remuneração dos profissionais da educação básica



Fonte: Observatório da Educação Pública no Rio Grande do Sul - 2024.

Disponível em:

<https://ww3.al.rs.gov.br/download/CECDCT/2024/2024%20-%20Observat%C3%B3rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20no%20RS%202024.pdf>

Esses dados revelam que a precarização salarial não se limita ao congelamento de valores, mas compromete a própria lógica de carreira, esvaziando a perspectiva de progressão e reconhecimento profissional. A corrosão das diferenças entre níveis e classes transforma a carreira docente em um percurso estagnado, no qual o esforço formativo e o tempo de serviço deixam de produzir efeitos concretos na remuneração. Baixos salários, desvalorização, violência e pressão por metas estão entre os fatores que levam ao adoecimento mental docente (Moura e Almeida, 2025). Tal cenário aprofunda a sensação de injustiça, desmotivação e desgaste emocional, elementos diretamente associados ao adoecimento mental.

Por fim, a desvalorização salarial e o desrespeito sistemático do governo do estado do Rio Grande do Sul emergem como pilares fundamentais do adoecimento dos professores. Esses profissionais, essenciais para o fortalecimento da base cidadã, são sistematicamente esquecidos não apenas pelo estado enquanto empregador direto, mas também como instituição reguladora da vida coletiva. Políticas públicas salariais justas e o reconhecimento coletivo dessa categoria tão numerosa aparecem como demandas urgentes para o combate direto a essa epidemia que assola a educação pública gaúcha. Assim, a precarização salarial deve ser compreendida não apenas como um problema econômico, mas como um fator

estruturante de sofrimento psíquico, que fragiliza a identidade profissional, compromete a qualidade de vida e intensifica o colapso emocional que atravessa o magistério gaúcho.

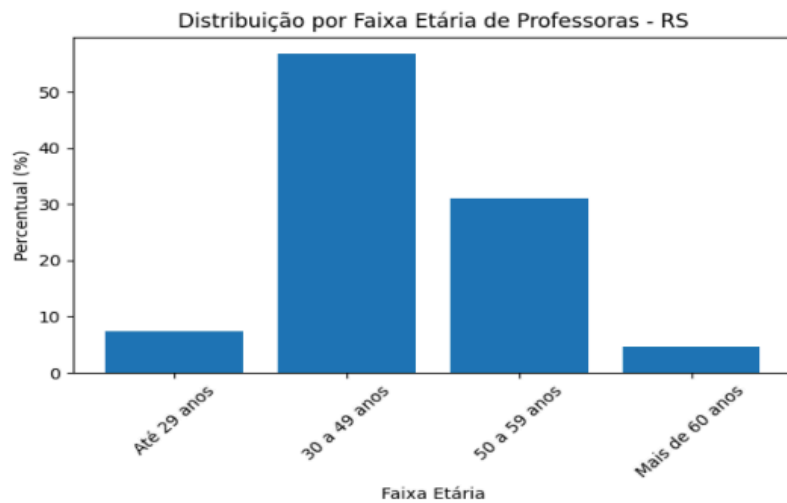
### **3. DA SOBRECARGA AO COLAPSO: TRANSTORNOS MENTAIS E SEU PREDOMÍNIO ENTRE EDUCADORES**

Quando o assunto é afastamento por motivos de saúde, os professores tomam as pontas dos rankings nacionais. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), foram, em 2023, cerca de 150 mil professores da rede pública nacional afastados de suas funções, com base em dados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O Rio Grande do Sul, no ano de 2024, teve cerca de 18 mil professores afastados, todos com Classificação Nacional de Doenças (CID) associada a transtornos mentais, dados apresentados pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Esses números, embora alarmantes por si só, revelam apenas a superfície de um problema estrutural mais profundo. O adoecimento docente não decorre de episódios isolados, mas de um conjunto de pressões acumuladas ao longo dos anos, que incluem sobrecarga de trabalho, instabilidade profissional, desvalorização salarial e condições emocionais agravadas pela precarização das redes de ensino. Os dados demonstram que o magistério é uma das categorias mais adoecidas. Santos (2023), em sua pesquisa, destaca trabalhos de autores como Carlotto (2011) e Benevides-Pereira (2010); para quem a docência está entre as profissões com maior incidência de sofrimento psicológico. Assim, os afastamentos registrados pelas entidades nacionais e estaduais constituem um indicador sensível do colapso progressivo da saúde mental entre os educadores.

De acordo com o Censo Escolar de 2024, o perfil dos docentes no Rio Grande do Sul mostra a predominância feminina: das 122.328 professoras e professores, 84,4% são mulheres. Essa composição majoritariamente feminina contextualiza a análise demográfica da categoria, como demonstra o gráfico a seguir sobre a distribuição por faixa etária dessas profissionais.

Gráfico 1 - Distribuição etária dos docentes no RS



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Censo Escolar (2025) gráfico gerado por inteligência artificial (Perplexity) em 23 de fevereiro de 2023.

As mulheres sempre foram maioria nessa profissão, fato facilmente comprovado pelo quadro histórico da própria docência. A vulnerabilidade ocupacional desse grupo agrava-se ainda mais pelo acúmulo de funções em uma jornada dupla ou, frequentemente, tripla, associada às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, além dos efeitos hormonais ligados à faixa etária de início de carreira e ao longo período até a aposentadoria. Araújo et al. (2019), citados por Aguiar et al. (2024), identificam prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMCs) de 56,8% entre professoras, contra 34% entre professores. Como apresenta o gráfico 1, a concentração entre 30 e 49 anos (aproximadamente 80%) reforça essa sobrecarga crônica, exacerbando riscos de adoecimento mental.

A combinação entre feminização da docência dupla ou tripla jornada e concentração etária em fases de maior exigência profissional e familiar cria um cenário de vulnerabilidade psicossocial que não pode ser ignorado. As professoras, que representam a maioria absoluta da categoria, acumulam responsabilidades domésticas, cuidado de familiares e demandas escolares crescentes, compondo um quadro de exaustão contínua. Essa sobrecarga estrutural contribui diretamente para o aumento dos transtornos mentais, refletindo-se nos índices de afastamento e na deterioração das condições de trabalho, evidenciando que o adoecimento docente é também um problema de gênero.

Segundo Marcelo (2009), a profissão docente caracteriza-se como uma “profissão do conhecimento”, na qual o saber constitui o elemento legitimador essencial. O autor enfatiza que o trabalho docente fundamenta-se no “compromisso em transformar esse conhecimento em aprendizagens relevantes para os alunos” (p. 8). Neste sentido, nos dias atuais, exige-se a contínua ampliação das competências profissionais do docente, uma vez que o conhecimento

e a sociedade transformam-se de forma acelerada, agravando os riscos de adoecimento quando tais demandas não são adequadamente suportadas.

Nesse contexto alarmante, impõe-se a necessidade urgente de identificar as principais formas de adoecimento entre esses professores e de delinear estratégias para a implementação de políticas públicas viáveis e eficazes no cotidiano escolar. Tais medidas visam não apenas aprimorar os índices de desempenho acadêmico, mas, sobretudo, reduzir a incidência de afastamentos, proporcionando às equipes gestoras condições mais adequadas para fomentar o desenvolvimento das instituições educacionais de sua responsabilidade.

Embora os principais sintomas do adoecimento docente integrem-se à rotina diária dos profissionais da educação, comumente, permanecem invisíveis e encobertos pela exigência cotidiana, como insônia, irritabilidade, apatia e crises de ansiedade, que figuram entre as queixas mais prevalentes nessa categoria. Torna-se imperativo abandonar a romantização da profissão docente, reconhecendo que, por trás de cada profissional, há um ser humano sobrecarregado pelas demandas escolares e pelas expectativas sociais. Segundo Goldberg e Huxley (1992), citados por Aguiar et al. (2024, p.9), os TMCs manifestam-se por “fadiga, irritabilidade, falta de energia e insônia”. A crescente burocratização da educação impõe a acumulação de tarefas a serem cumpridas em prazos exíguos, rotineiramente, estendendo as horas de trabalho para o âmbito doméstico.

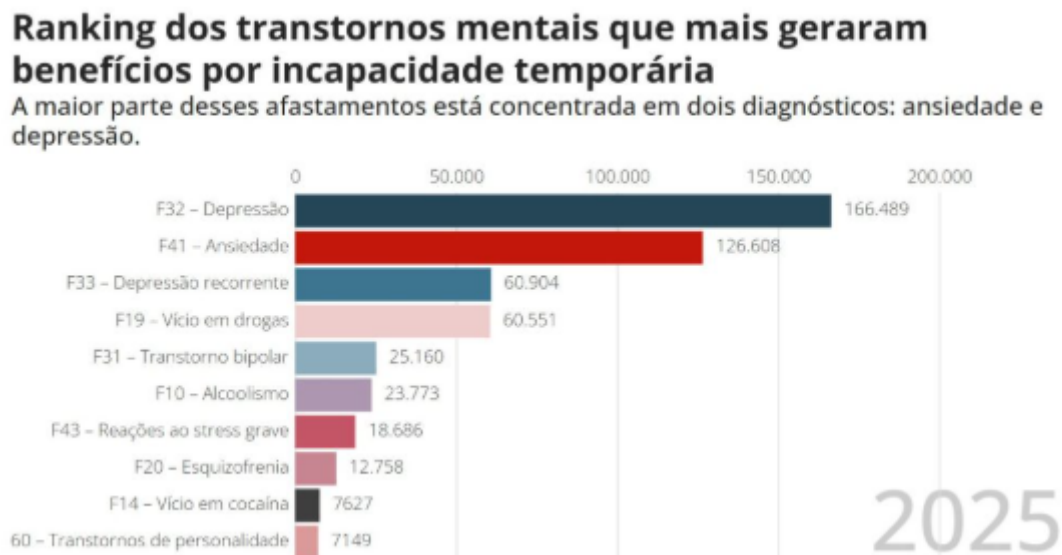
Além disso, a intensificação do trabalho docente marcada por metas, avaliações externas, registros intermináveis e responsabilização individual reforça um modelo de gestão que desconsidera a complexidade do fazer pedagógico. Esse processo, amplamente discutido por autores da psicodinâmica do trabalho, como Dejours, evidencia que o sofrimento psíquico agrava-se quando o trabalhador perde autonomia, reconhecimento e condições reais de exercer sua função. Moura e Almeida (2025, p. 5) afirmam que “a sobrecarga de trabalho do professor desencadeia inúmeras reações mentais e físicas que produzem dimensões emocionais com proporções psicológicas grandes na vida deste profissional”. No caso dos professores gaúchos, essa intensificação encontra terreno fértil em escolas precarizadas, com falta de profissionais, infraestrutura insuficiente e demandas emocionais crescentes.

Embora os dados específicos sobre adoecimento docente no Rio Grande do Sul ainda sejam escassos e desatualizados, a análise de indicadores mais amplos sobre a saúde mental da população gaúcha permite compreender o ambiente psicossocial no qual os professores estão inseridos. Trata-se de um recurso metodológico necessário diante da ausência de levantamentos recentes e sistematizados sobre a categoria, especialmente no período

pós-pandemia e pós-enchentes, quando os impactos emocionais intensificaram-se de forma significativa.

De acordo com dados do Ministério da Previdência Social, divulgados pelo G1, o Rio Grande do Sul registrou 46.738 afastamentos por transtornos mentais em 2025 — o terceiro maior número absoluto no país. Não se pode ignorar o impacto agravante das enchentes no estado, que intensificaram um cenário já crítico de precarização docente, marcado por desvalorização salarial e negligência governamental. Esses números evidenciam a urgência de intervenções públicas, como ilustra o gráfico a seguir.

Figura 4 - Principais transtornos mentais (2025)



Fonte: CIC Garibaldi - 2025.

Disponível em:

<https://cicgaribaldi.com.br/rio-grande-do-sul-lidera-ranking-de-afastamento-do-trabalho-por-transtornos-mentais/>

Os dados apresentados não são específicos dos professores, tratando-se de um levantamento mais amplo sobre afastamentos por transtornos mentais entre os gaúchos, especialmente após as devastadoras enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Justamente naquele período crítico, os casos mais desesperadores emergiram, agravados não só pelas calamidades naturais, mas também pela desvalorização salarial persistente e pelo desrespeito governamental à categoria docente, que enfrentou aulas em condições precárias e sobrecarga emocional. Ademais, os números de suicídios registraram um aumento alarmante, refletindo o colapso psicossocial coletivo e reforçando a necessidade urgente de políticas de suporte integral, como evidenciado no gráfico anterior.

Não há pesquisa específica sobre a categoria docente no Rio Grande do Sul, com dados atualizados de 2020 a 2025, publicada prioritariamente para essa análise. Os estudos disponíveis ainda estão em compilação, aguardando correções, e serão divulgados pelo Sindicato dos Profissionais da Educação do RS (CPERS) ao longo de 2026. Essa lacuna reforça a urgência de investigações direcionadas, que incorporem os impactos da desvalorização salarial e do acúmulo de burocracia na saúde mental dos educadores gaúchos.

Em conjunto, os dados apresentados, ainda que provenientes de diferentes fontes e com graus variados de especificidade, convergem para um diagnóstico inequívoco: o adoecimento mental docente no Rio Grande do Sul não é um fenômeno individual, mas é resultado de um processo contínuo de sobrecarga, desvalorização e precarização das condições de trabalho. A ausência de pesquisas atualizadas apenas reforça a necessidade de investigações aprofundadas e de políticas públicas estruturantes que reconheçam a centralidade da saúde mental para a qualidade da educação. Trata-se, portanto, de um fenômeno que ultrapassa o âmbito individual e revela um colapso sistêmico que exige respostas imediatas e integradas.

#### **4. GESTÃO ESCOLAR E SAÚDE MENTAL DOCENTE**

A escola precisa constituir-se como um espaço seguro para os professores, no qual possam trabalhar, desenvolver-se profissionalmente e, sobretudo, sentirem-se acolhidos diante das demandas sociais e institucionais. Diante desse cenário, torna-se necessário repensar o perfil de liderança presente na gestão escolar, orientando-o para uma abordagem humanizada, que valorize a escuta ativa, o diálogo e a busca por soluções colaborativas, em detrimento da imposição de metas e prazos insustentáveis. Neste sentido, a formação de gestores em inteligência emocional, escuta qualificada e comunicação empática deve integrar, de modo estruturado, os processos de aperfeiçoamento das equipes gestoras, uma vez que se observa, atualmente, a redução do interesse pela carreira docente, o que evidencia o esvaziamento simbólico e político da profissão.

A gestão escolar, nesse contexto, ocupa posição estratégica: pode funcionar como espaço de proteção ou, ao contrário, como agente intensificador do sofrimento docente. Quando a liderança assume postura autoritária, burocrática ou distante da realidade da sala de aula, reforça-se a lógica de responsabilização individual e invisibilização das condições concretas de trabalho. Como demonstra Queiroz (2023, p. 2870), “a gestão tóxica nas instituições educacionais está diretamente correlacionada ao aumento de casos de

adoecimento mental entre docentes”. Assim, a forma como a gestão organiza-se e relaciona-se com os professores torna-se determinante para a saúde mental da equipe.

O modelo de liderança burocrática, ainda predominante em muitas instituições escolares, reforça uma lógica centrada no cumprimento de regras e indicadores, com pouca flexibilidade e reduzida sensibilidade às dimensões subjetivas e afetivas do trabalho docente. Ao tratar o professor como mero executor de tarefas e produtor de dados estatísticos, esse modelo contribui para aprofundar os efeitos da desumanização do trabalho, refletidos, por exemplo, nos elevados índices de afastamento, na exaustão profissional e na insatisfação tanto de docentes quanto de estudantes. Ademais, nesse contexto, a valorização excessiva de avaliações e resultados quantitativos, articulados às metas estabelecidas pelos órgãos mantenedores, como a Secretaria de Educação (SEDUC), tende a desconsiderar o compromisso com a qualidade pedagógica e com o bem-estar psicossocial da comunidade escolar.

Esse cenário evidencia que a gestão escolar não pode ser compreendida apenas como instância administrativa, mas como espaço de mediação emocional, política e pedagógica. A ausência de diálogo, a cobrança desproporcional e a falta de reconhecimento configuram-se como fatores de risco psicossocial, contribuindo diretamente para o adoecimento docente. Roggero, Kubo e Almeida (2021, p. 50), citados por Silva et al. (2023, p. 199), defendem que “a gestão escolar deve promover ativamente espaços de fala e escuta qualificada” Por outro lado, práticas de gestão democrática, participativa e acolhedora têm potencial para reduzir tensões, fortalecer vínculos e promover ambientes mais saudáveis.

Diante disso, torna-se urgente rever o modelo de gestão vigente e assumir a liderança servidora como horizonte de atuação. Esse tipo de liderança, ao priorizar a escuta, o cuidado com as pessoas e o fortalecimento do vínculo institucional, configura-se como uma alternativa ética e pedagogicamente consistente para a gestão escolar. Costa et al. (2017, p. 15), citados por Silva et al. (2023, p. 194), pontuam que “a educação permanente em saúde mental constitui estratégia fundamental para a qualificação dos processos educativos”. Ao estimular o senso de pertencimento, o trabalho colaborativo e a valorização dos diferentes segmentos da comunidade educativa, esse modelo contribui para consolidar a escola como uma unidade orgânica, na qual docentes, gestores, equipe técnica, estudantes e comunidade reconhecem o seu papel, a sua responsabilidade e a sua importância na construção de uma instituição comprometida com a saúde mental e o desenvolvimento integral de seus profissionais.

A escola também precisa constituir-se como um espaço de trabalho com jornada claramente definida, amparada em legislação e efetivamente respeitada por seus gestores,

condição que, na prática, ainda não se concretiza em muitos contextos. A Lei nº 11.738/2008 estabelece, em seu art. 2º, § 4º, que, na composição da jornada de trabalho, “observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. Esse dispositivo assegura, na prática, cerca de 1/3 da jornada para atividades de planejamento, registros, avaliação, estudos e formação continuada, garantindo tempos indispensáveis à reflexão e à organização pedagógica fora da sala de aula.

No entanto, a construção coletiva do planejamento ainda enfrenta limitações, pois muitas reuniões pedagógicas são realizadas em horários não previstos no calendário escolar, o que compromete o tempo de descanso e a vida familiar dos professores. Em nome do cumprimento de uma jornada exaustiva e, muitas vezes, desarticulada, os profissionais são convocados para encontros pouco planejados, nos quais prevalecem cobranças em vez de diálogo e reconhecimento da complexidade do trabalho docente. Além disso, a legislação ainda se mostra insuficiente ao não explicitar mecanismos de compensação para esses afastamentos, como substituição de profissionais, banco de horas ou formas institucionais de reposição do tempo extra trabalhado.

A violação sistemática da jornada legal e a convocação constante para atividades fora do horário configuram formas de intensificação do trabalho que impactam diretamente a saúde mental. Quando o tempo de descanso é corroído pela burocracia, o professor perde a possibilidade de recompor as suas energias, refletir sobre a sua prática e equilibrar a vida pessoal e profissional, elementos essenciais para o bem-estar psíquico.

Nesse cenário, cabe ao gestor escolar reconhecer a sua experiência com a sala de aula e a sua capacidade de compreender os desafios concretos enfrentados pelos professores. Longe de orientar-se por cargos temporários ou promessas vazias, a liderança escolar deve assumir uma postura coletiva, em diálogo constante com a equipe e com a comunidade, compreendendo a escola como um espaço social formado por múltiplos sujeitos e interesses. Quando um desses grupos não é ouvido ou atendido, toda a estrutura institucional é afetada, pois saúde mental, motivação e aprendizagem estão diretamente relacionadas ao reconhecimento e ao respeito pela jornada e pelo trabalho docente.

Há tempos aponta-se a necessidade de instituir um protocolo estruturado de escuta ativa, articulado a um espaço seguro no qual participem gestores, professores e, sempre que possível, um profissional qualificado, como o psicólogo, a fim de garantir encaminhamentos adequados às demandas mais urgentes e oferecer suporte psicossocial efetivo aos profissionais da educação. Rodas de conversa, atendimentos virtuais, canais anônimos de sugestão, acompanhamento psicológico gratuito e instrumentos como o termômetro emocional podem

ser adotados como estratégias de fortalecimento do diálogo, da escuta e do cuidado com a saúde mental docente.

Entretanto, todos esses dispositivos terão impacto limitado se não houver uma revisão da burocracia pedagógica atualmente imposta, a qual sobrecarrega os profissionais com exigências formais desproporcionais. Uma gestão escolar eficiente não é aquela que se mede apenas por indicadores numéricos, mas aquela que se sustenta no crescimento qualitativo e no impacto real produzido na comunidade escolar. Em vez de avaliar a qualidade educacional apenas pela quantidade de reprovações, é necessário valorizar os processos de recuperação e aprendizagem dos estudantes; em lugar de priorizar a mera planificação, é fundamental reconhecer a troca, a escuta e a construção de uma comunidade escolar participativa e solidária. A saúde mental docente não se sustenta apenas em ações pontuais, mas na transformação das relações de trabalho, na redução da burocracia, na valorização profissional e na construção de ambientes que reconheçam o professor como sujeito e não como engrenagem. Queiroz (2023 p. 2870) destaca que “a articulação intersetorial é fundamental para romper com a cultura de medicalização e patologização dos problemas escolares”.

Uma gestão saudável é aquela capaz de estabelecer parcerias genuínas com alunos e professores, estando presente sem cobranças excessivas, sem conflitos desnecessários e sem perder a postura ética exigida pelo cargo. A interferência não deve ocorrer por meio de gritos ou relações hierárquicas autoritárias, mas por intermédio da formação contínua, do acolhimento e da abertura ao diálogo. Como afirma Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (1987 p. 68).

Um modelo de projeto que pode ser citado como exemplo positivo é o apresentado no Seminário do Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino (SINEPE), realizado em 2025, que recebeu a premiação na categoria Prata e está sendo implementado no município de Veranópolis-RS, na Academia Veranense de Assistência em Educação e Cultura - AVAEC. O projeto, intitulado “Raízes Fortes, Tempo de cuidar”, foi criado no contexto pós-catástrofe climática de 2024, com o objetivo de promover um ambiente acolhedor e produtivo de cunho psicossocial, voltado especialmente ao cuidado com a saúde mental e o bem-estar dos professores.

O objetivo principal da proposta foi resgatar o bem-estar como estratégia de fortalecimento docente, estruturado em quatro pilares: espiritualidade docente, treinamento para resolução de problemas, a hora do “Eu” e prática esportiva. Desenvolvido por meio de encontros presenciais, o projeto valorizava tanto momentos de estudo quanto reflexões de

cuidado, realizados de forma trimestral, com duração de três horas cada, alternando teoria e vivências. Entre as principais ações, destacaram-se os momentos de reflexão, fortalecimento e desenvolvimento de competências emocionais, assim como o espaço de escuta, que permitiu aos professores expressar angústias relacionadas ao ambiente escolar. O projeto contou com o apoio de profissionais externos, como psicólogos e psicanalistas da área comportamental, ampliando a abordagem de cuidado emocional na gestão escolar.

Assim, a gestão escolar, quando orientada por princípios democráticos, éticos e humanizadores, torna-se elemento central na prevenção do adoecimento docente. Ao contrário, quando estruturada pela lógica da cobrança, da vigilância e da desconfiança, converte-se em agente produtor de sofrimento. Reconhecer essa dualidade é fundamental para compreender que a saúde mental dos professores depende, em grande medida, da forma como a escola é administrada e das relações que se constroem nela.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste artigo indica que a saúde mental dos professores no Rio Grande do Sul não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou restrito ao âmbito individual. Trata-se de um processo complexo, atravessado por dimensões estruturais, históricas e políticas que configuram o cotidiano escolar e organizam as demandas diárias do trabalho docente, impactando diretamente o bem-estar físico e emocional dos professores. Os dados apresentados demonstram que o adoecimento docente é resultado direto da precarização das condições de trabalho, da desvalorização salarial, da intensificação das demandas burocráticas e da ausência de políticas públicas efetivas de cuidado.

A precarização salarial, marcada por congelamentos, perdas reais de poder aquisitivo e reestruturações que comprimem a carreira, constitui um dos principais vetores desse adoecimento. A corrosão da progressão funcional e a fragilização da estabilidade econômica não apenas desmotivam os profissionais, mas também produzem insegurança, desgaste emocional e sensação de injustiça, elementos centrais na gênese dos transtornos mentais. Da mesma forma, a sobrecarga de trabalho, a feminização da docência e a intensificação das responsabilidades escolares e domésticas configuram um cenário de vulnerabilidade psicossocial que afeta especialmente as mulheres, maioria absoluta na profissão.

Além disso, a gestão escolar desempenha papel determinante na saúde mental docente. Modelos de liderança autoritários, burocráticos e desumanizados intensificam o sofrimento, enquanto práticas de gestão democrática, participativa e acolhedora têm potencial para mitigar

tensões e fortalecer vínculos institucionais. A escola, portanto, não é apenas espaço de ensino, mas também de relações de trabalho que podem proteger ou adoecer os seus profissionais.

Outro aspecto fundamental diz respeito à ausência de dados sistematizados e atualizados sobre a saúde mental docente no estado. A falta de pesquisas oficiais recentes inviabiliza o problema e dificulta a formulação de políticas públicas adequadas, reforçando a negligência institucional que, historicamente, marca o tratamento dado ao magistério gaúcho. A divulgação futura do Dossiê do CPERS, prevista para meados de 2026, poderá preencher parte dessa lacuna, mas não substitui a necessidade urgente de monitoramento contínuo e políticas estruturantes.

Diante desse panorama de uma escola adoecida, em que o professor é sempre cobrado intensamente, torna-se evidente que políticas de saúde mental centradas exclusivamente no indivíduo são insuficientes. O enfrentamento do adoecimento docente exige ações coletivas e institucionais, que incluam recomposição salarial, redução da carga de trabalho, garantia de condições dignas de infraestrutura, fortalecimento da gestão democrática e implementação de programas permanentes de cuidado psicossocial. Aguiar et al. (2024, p. 13) afirmam que “a implementação de políticas de suporte psicossocial e a redução da sobrecarga são essenciais para promover o bem-estar docente” É imprescindível reconhecer que a saúde mental dos professores é responsabilidade compartilhada entre Estado, gestão escolar e sociedade.

Conclui-se, portanto, que o adoecimento docente no Rio Grande do Sul não é um desvio, mas um sintoma de um sistema educacional precarizado, que opera pela lógica da intensificação, da desvalorização e da negligência. Santos (2023, p. 34) alerta que “os custos da inação em saúde mental escolar são incomparavelmente maiores que os investimentos necessários em prevenção e promoção”. Superar esse quadro requer a construção de políticas públicas integradas, capazes de promover uma escola humanizada, justa e comprometida com o bem-estar de seus profissionais. Silva et al. (2023, p. 195) reforçam que “a saúde mental é componente integral da vida escolar e afeta diretamente o trabalho docente”. Somente assim será possível garantir não apenas a saúde dos docentes, mas também a qualidade da educação pública e o futuro das próximas gerações.

## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (AL RS). Observatório da Educação Pública no RS 2024. 4. ed. **Porto Alegre: AL RS**, 2024. Disponível em: <https://ww3.al.rs.gov.br/download/CECDCT/2024/2024%20-%20Observat%C3%B3rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20no%20RS%202024.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

AGUIAR, G. A. de, SANTOS, F. D. V. dos, MOTA, F. L., SCHOFFEN, A. C. Z., SILVA, A. C. da, VALENTIM, R. E. de O., ... KOSCHECK, A. Saúde mental dos professores em contextos de precarização: perspectivas sobre a educação contemporânea. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, S. l.], v. 13, n. 2, p. e1320, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-317-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1320>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ASSIS, G. L. de; SOUSA, L. R. de; SILVA, M. I. da. Saúde mental dos professores da educação básica: desafios e possibilidades. **Revista da Graduação Unigoias**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 10-45, jan./jun. 2025. ISSN 2675-9705. Disponível em: <https://unigoias.com.br/wp-content/uploads/2025/10/Artigo-2-2025.1.pdf> Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2024**. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar> Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jul. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm). Acesso em: 24 fev. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.451, de 17 de fevereiro de 2020. Altera a Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, que institui o **Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15451-2020-rio-grande-do-sul-altera-a-lei-no-6-672-de-22-de-abril-de-1974-que-institui-o-estatuto-e-plano-de-carreira-do-magisterio-publico-do-rio-grande-do-sul> Acesso em: 21 mar. 2026.

CASTILHO, J.. Apagão de professores: Brasil pode ter déficit de até 235 mil docentes até 2040. **Fundação Carlos Chagas** (Fluxo Educação), 8 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fluxo-educacao/apagao-de-professores-brasil-deficit-de-ate-235-mil-docentes-ate-2040/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

COSTA, A. C. S. da et al. Fatores de risco para a saúde mental de professores da educação básica no Brasil: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, (S. l.), v. 23, n. 4, p. e20251553, 2025. DOI: doi.org. Disponível em: <https://rbmt.org.br/Content/pdf/v23n4e20251553.pdf> Acesso em: 20 abr. 2026.

CPERS – Sindicato. Tabela salarial subsídio magistério RS 2025. Porto Alegre: **CPERS**, fev. 2025. Disponível em: <https://www.cpers.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Tabela-salarial-subsidio-magisterio-RS-2025.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

DA REDAÇÃO. Depressão e burnout são as principais causas de afastamento de professores no Brasil. **Você S/A**, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/depressao-e-burnout-sao-as-principais-causas-de-afastamento-de-professores-no-brasil/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

DIEESE. Tabela de reajuste do subsídio dos professores do magistério gaúcho 2024. São Paulo: **DIEESE**, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Tabela-salarial-magisterio-RS-2024.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.

DE BONI, Y. Dossiê retrata crise nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul. **LeoUve**, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://leouve.com.br/educacao/dossie-retrata-crise-nas-escolas-estaduais-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

DOTI JUNIOR, J. I. Entre a sobrevivência e o cuidado: desafios estruturais da saúde mental dos professores no Rio Grande do Sul. **CTB RS**, 15 out. 2025. Disponível em: <https://ctbrs.org.br/entre-a-sobrevivencia-e-o-cuidado-desafios-estruturais-da-saude-mental-dos-professores-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1. Brasil tem mais de 546 mil afastamentos por saúde mental em 2025 e bate recorde. **G1 Trabalho e Carreira**, 26 jan. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/01/26/brasil-tem-mais-de-546-mil-afastamentos-por-saude-mental-em-2025-e-bate-recorde>. Acesso em: 21 mar. 2026.

GHIZONI, Liliam Deisy et al. Clínica psicodinâmica do trabalho: a prática em diversos contextos de trabalho. Desafios: **Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 1, n. 1, p. 74-92, 2014.

LYRA, T. Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022. **Nova Escola**, 10 out. 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MARCELO, C. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. **Revista de Ciências da Educação**, v. 8, p. 7-22, 2009. Disponível em: [https://unitau.br/files/arquivos/category\\_1/MARCELO\\_\\_Desenvolvimento\\_Profissional\\_Do\\_cente\\_passado\\_e\\_futuro\\_1386180263.pdf](https://unitau.br/files/arquivos/category_1/MARCELO__Desenvolvimento_Profissional_Do_cente_passado_e_futuro_1386180263.pdf). Acesso em: 24 fev. 2026.

SILVA, M. R. H. do P. e .; SILVA, S. C. R. .; LANDIM, J. O. P. .; CARDOSO, J. E. .; LIMA, E. de O. Saúde mental na escola: o papel da gestão no suporte aos alunos e professores no contexto educacional. **Revista Missioneira**, v. 25, n. 2, p. 193-202, 28 nov. 2023. Disponível

em: <https://revistas.san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/2076>. Acesso em 20 abr. 2026.

MOURA, A. A. dos S.; ALMEIDA, T. de C. A saúde mental dos professores do ensino fundamental. **Revista DELOS**, Curitiba, v. 18, n. 74, p. 1–22, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/7717/4137>. Acesso em: 20 abr. 2026.

PAPARELLI, R. Contribuições da saúde do trabalhador à educação infantil: o sofrimento mental de educadoras de uma creche paulistana. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172007000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000200002) Acesso em: 21 mar. 2026.

RAMOS, K. S. C. **Saúde mental do professor e a necessidade de estratégias por meio da formação continuada.** (S. l.: s. n.), 2024. 12 p. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV200\\_MD1\\_ID3467\\_TB903\\_27102024182442.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD1_ID3467_TB903_27102024182442.pdf) Acesso em: 20 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Ordinária nº 15.451, de 17 de fevereiro de 2020. Altera a Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, que institui o **Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15451-2020-rio-grande-do-sul-altera-a-lei-no-6-672-de-22-de-abril-de-1974-que-institui-o-estatuto-e-plano-de-carreira-do-magisterio-publico-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SANTOS, F. L. dos; MANDÚ, T. M. C. **Desafios da Gestão Escolar na Promoção da Saúde Mental Docente: Entre a Identificação do adoecimento mental e a Aplicação de Estratégias Efetivas.** 2025. 19 F.Trabalho de Conclusão de Curso de (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/63297/1/TCC%20Fabiana%20Lima%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS, R. B. R. dos. Ambiente escolar e saúde mental docente: desafios e possibilidades. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 18, n. 43, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/59951/39849/183959>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS, N. G. N. dos. Educação em Saúde Mental na Escola: Uma Conversa sobre o Uso de Drogas Durante a Escolarização. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 24–34, 2023. DOI: 10.56069/2676-0428.2023.339. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/339>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SILVA, M. R. H. do P. e et al. Saúde mental na escola: o papel da gestão no suporte aos alunos e professores no contexto educacional. **Revista Missioneira**, Santo Ângelo, v. 25, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2023. Disponível em: [doi.org](https://doi.org/). Acesso em: 20 abr. 2026.

SINEPE/RS. **Escola de Veranópolis prioriza saúde mental dos professores.** Educação em Pauta, 2024. Porto Alegre, RS. Disponível em:

<https://sinepe-rs.org.br/educacaoempauta/inspire-se/escola-de-veranopolis-saude-mental/>  
Acesso em: 19 abr. 2026.

QUEIROZ, C. C. da S. F. Correlação entre a gestão tóxica e o adoecimento mental docente: relatos de casos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 2868–2886, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11416. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11416>. Acesso em: 20 abr. 2026.

TEXTO DO CIC GARIBALDI. **Rio Grande do Sul lidera ranking de afastamento do trabalho por transtornos mentais**. CIC Garibaldi, 3 fev. 2026. Disponível em: <https://cicgaribaldi.com.br/rio-grande-do-sul-lidera-ranking-de-afastamento-do-trabalho-por-transtornos-mentais/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

TOSTES, M. V. et al.. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 87–99, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2026.